

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2009:

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e nove, na Casa da Cultura de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e dez minutos, iniciou-se e teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- SUSPENSÃO DE MANDATO/ FERNANDO VARELA NUNES = RENÚNCIA DE MANDATO

1.2- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 04 DE FEVEREIRO DE 2009

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO/ GUILHERME LUIS LEITÃO CASTANHEIRA;

2.3- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2008;

2.4- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2008, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO;

2.5-APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2008 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M;

2.6- APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2008 DA PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO;

2.7. APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2008 DA ECOBEIRÃO, SA;

2.8- PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.9- MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO, NOS TERMOS DOS ARTºS 4º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO = PRIMEIRA ALTERAÇÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.10- COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO= RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES/ CONHECIMENTO;

2.11- ECOBEIRÃO – SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SÓLIDOS DO PLANALTO BEIRÃO, EIM= APRECIÇÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Antes de se iniciarem os trabalhos, e porque se verificava a falta do segundo secretário Sr. Deputado António Agostinho Castro Cunha, o Sr. Presidente da Assembleia e para que a mesa ficasse completa, convidou os grupos parlamentares a indicarem um candidato. A bancada do Partido Socialista propôs a Sra. Deputada Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz. Feita a votação desta proposta, a mesma foi aprovada por unanimidade. Ficando desta forma a mesa completa, iniciaram-se os trabalhos presididos pelo Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas, os Srs. Deputados Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Joaquim Santos, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Manuel Macedo Varela Dias, José Rui Batista Alves Ferreira, António Dias da Cruz Brinca da Silva, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, António Agostinho Castro Cunha, Paulo Dirceu Domingos dos Santos, António João dos Santos Martins, Augusto de Oliveira Santos, José Marques Duarte da Cruz e Guilherme Luís Leitão Castanheira que pediu a suspensão do seu mandato ao abrigo da alínea c) do nº3 do Artº52º do Regimento. As restantes ausências foram justificadas.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: SUSPENSÃO DE MANDATO/ FERNANDO VARELA NUNES = RENÚNCIA DE MANDATO. O primeiro secretário informou a Assembleia que em virtude de se ter ultrapassado o prazo solicitado pelo Sr. Deputado ao abrigo da alínea c) do nº3 do Artº52º do Regimento para suspensão do mandato e não ter sido manifestada vontade de retomar funções, aquele pedido de suspensão passou a constituir renúncia ao mandato, conforme o nº4 do Artº52º do Regimento. Assim o Sr. Deputado Joaquim Santos que tinha ocupado o lugar em regime de substituição passou a fazer parte da Assembleia como seu membro efectivo.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 04 DE FEVEREIRO DE 2009. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo esta acta aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados tendo-se inscrito João Boto Martins e Edite Cruz.

Dada a palavra ao Sr. Deputado João Boto Martins, este fez a intervenção que constitui o anexo nº1 desta acta.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz que começou por referir que não tinha recebido por via informática a documentação de apoio a esta sessão, tendo por isso e para estar a par dos assuntos a tratar recorrido à documentação recebida por colegas. Focou também que nem sempre a documentação recebida por via informática está em boas condições o que poderá condicionar esta forma de distribuição e voltar à forma inicial de suporte de papel. Acrescentou também que na maioria das vezes o papel é utilizado apenas de um dos lados o que lhe parecia ser um contra censo pois o que se pretendia era fazer economia.

O Sr. Presidente da Assembleia aproveitou para dizer que lamentava o acontecido, confiava nos serviços e não podia fiscalizar a situação. Recomendou que para além do papel ser utilizado dos dois lados, fosse de preferência utilizado papel reciclado como acontecia na Assembleia da República. Agradeceu o reparo, acrescentando que o mesmo seria tomado em consideração.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que já estava à espera da referência ao acontecido no dia 25 de Abril, acrescentando que tinha pena que o populismo e a demagogia não deixassem o Partido Socialista reflectir no que efectivamente se tinha passado. Seria sim de salientar que em vez de criticar a associação do 25 de Abril ao nome de Salazar viesse referir-se à requalificação que se fez e que melhorou as condições anteriormente existentes no local, quer para o comércio quer para os residentes. O 25 de Abril foi feito também para isto, foi feito para o poder autárquico poder intervir desta maneira nos espaços públicos. Se o Partido Socialista quisesse fazer a associação do sucedido com Salazar que o faça mas sozinho e não contassem com ele para isso.

Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2, do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez a sua intervenção desenvolvendo a informação já distribuída aos Srs. Deputados, focando os pelouros da Educação, Educação e Desporto, da Acção Social/Habitação Social e Saúde, das Obras Públicas e Ambiente e do Planeamento e Urbanismo. Abordou também a informação que foi distribuída sobre a situação financeira do Município.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados tendo-se inscrito o Sr. Deputado Boto Martins que iniciou a sua intervenção referindo-se à forma como o Sr. Presidente da Câmara mencionou a sua intervenção feita no Período de Antes da Ordem do Dia ao acusá-lo de populista e demagogo. Não pedindo na altura uma intervenção em defesa da honra aproveitava agora o facto da referência na parte das obras municipais feita pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a requalificação da Rua Alexandre Herculano e Largo Salazar para rebater por um lado a acusação que lhe tinha sido feita de demagogo e populista e por outro lado voltar à referida obra. Em primeiro lugar não sabia qual era a demagogia de invocar o direito que lhe assistia de viver em democracia e de repudiar tudo que fosse autoritarismo, repressão e censura. Com certeza que não queria que fosse dizer que não se importava de voltar àquele tempo. Viveu trinta anos antes do 25 de Abril, muitos deles já com alguma consciência política e não era agora depois destes anos que ia voltar atrás nos seus ideais. Por outro lado não via onde estava a sua demagogia ou o seu populismo porque não fez nada contra os seus direitos. Tinha o direito de ter a sua opinião e de se manifestar sem que para isso tenha de ser acusado de demagogo e populista. Se ali havia alguém populista e demagogo não era ele. Em relação à obra em causa foi confirmado que estava em execução, pois o Sr. Presidente da Câmara disse que a iluminação ainda não estava pronta, no entanto não deixou de ser inaugurada, podia esperar que estivesse totalmente pronta, mas não, foi inaugurada no dia 25 de Abril e não foi inaugurada a requalificação da obra da Rua Alexandre Herculano pois o que estava nos prospectos das comemorações era só o Largo Salazar. Foi uma coincidência, disse o Sr. Presidente da Câmara à imprensa, lamentava muito que tal coincidência tenha ocorrido e achava que o Sr. Presidente da Câmara, sendo ainda jovem era no entanto já suficientemente maduro para reflectir nas conclusões destas pequenas coisas, se não reflectiu era porque tinha mais alguma coisa para amadurecer, se reflectiu e insistiu nessa iniciativa não lhe podia chamar de demagogo nem de populista.

O Sr. Deputado Agostinho Pires solicitou a palavra, mas e porque a sua intervenção não se enquadrava sobre o assunto em debate e referente ao Período da Ordem do Dia e porque assim se estaria a violar o Regimento, o Sr. Presidente da Assembleia não lhe concedeu a palavra. Pediu de seguida a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder à anterior intervenção. Começou por dizer que também tinha o direito de expressar a sua opinião e não seriam os Srs. Deputados que lhe iam mudar a opinião e a liberdade que tinha. Informou que a iluminação não estava pronta nem tinha que estar, esta não fazia parte da empreitada, era sim uma consequência desta e era uma intervenção da EDP que nada tinha a ver com a Câmara, que podia ser feita antes ou depois da obra. A empreitada estava pronta e foi inaugurada no dia 25 de Abril, data importante para inaugurar este tipo de obras. Quem quis fazer a associação da inauguração da requalificação do Largo com a data, estava com certeza a ter interpretações deturpadas do que era a questão principal e com certeza com segundas intenções, daí essa referência à demagogia e populismo. Ir atrás da corrente é sempre mais fácil do que ir contra a corrente. Também um pouco em defesa da sua honra e agradecendo a frontalidade do Sr.

Deputado, dizia que com a idade que tinha não recebia lições de maturidade nem do Sr. Deputado nem de ninguém. Felizmente na sua vida, sofrendo muito, tinha trabalhado muito e também amadurecido muito. Pedia desculpa mas não recebia de ninguém lições de maturidade. A sua vida era perfeitamente clara e o seu percurso também, foi preciso ter maturidade para sair de casa dos pais com 14 anos para ir estudar para fora, também com sacrifício dos pais, foi preciso ter maturidade para sair da terra para ir trabalhar para outro lado, totalmente desconhecido e fez isso com poucos anos. Não era agora com a idade que tinha que ia ser mais maduro. Não confundissem maturidade com irreverência esta sim estaria sempre com ele.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO/ GUILHERME LUIS LEITÃO CASTANHEIRA. O primeiro secretário informou que tinha sido recebido um pedido de suspensão de mandato deste Sr. Deputado ao abrigo da alínea c), do nº3, do Artº52º do Regimento, pedido que tinha também sido distribuído na documentação que foi enviada aos Srs. Deputados. Não havendo intervenções foi o pedido posto à votação sendo aceite por unanimidade. Este Sr. Deputado será substituído na próxima sessão nos termos do Artº57º do Regimento.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto três: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2008. o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tendo este começado por dizer que sendo um relatório de um auditor externo, não tinha o direito ou dever de o comentar ou apresentar. Era um documento livre, feito com a responsabilidade de um Revisor Oficial de Contas e os Srs. Deputados poderiam ver que nada no relatório teve intervenção da Câmara. Garantiu que o relatório foi para a Câmara sem que ele o tivesse lido.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados tendo-se inscrito a Sra. Deputada Carla Cunha que fez a intervenção que constitui o anexo nº2 desta acta.

Solicitando resposta a esta intervenção o Sr. Presidente da Câmara começou por perguntar onde teria andado a Sra. Deputada estes anos todos? Pois o problema das receitas não cobrirem as despesas não é de agora, já vem de há muitos anos, como aliás já foi referido por ele em várias sessões da Assembleia Municipal. A situação nunca foi escondida e sempre foi dito que a grande dificuldade da Câmara é ter em especial um nível de despesa corrente demasiado elevado para as receitas correntes que tem. Seria bom ter um pouco de decoro quando se vem falar nestas situações sem pensar nas responsabilidades que têm vindas do passado, pois a situação que hoje existe é o resultado das políticas seguidas durante anos. O nível de despesa não foi criado agora, já o encontrou quando chegou à Câmara, sendo também evidente que a continua transferência de competências por parte do Estado sem as contrapartidas económicas torna ainda mais difícil a situação. Disse não haver qualquer desequilíbrio financeiro estrutural, continua-se em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural e é sobre este que se vai actuar com o Plano de Saneamento Financeiro, que considerou ser a única solução a curto prazo para resolver o problema financeiro da Câmara. O Plano encontra-se no Tribunal de Contas, que entretanto já pediu alguns esclarecimentos como é normal e que foram dados pela Câmara aguardando-se que seja aprovado. Caso não o seja a situação financeira terá que ser encarada de outro modo, terão que ser tomadas outras medidas e demorará muito mais tempo a sair desta situação difícil. Pediu seriedade na análise da situação e em vez de se apresentarem constantemente críticas, seria bom que se apresentassem soluções

que sejam exequíveis e que possam consolidar as contas da Autarquia. Focou que hoje com a obrigatoriedade da aplicação do POCAL e com a nova Lei das Finanças Locais as contas eram mais reais e transparentes do que antes, sendo impossível esconder números de dívidas. Hoje transitam como dívida para o ano seguinte os compromissos assumidos de obras que ainda não estão executadas. Terminou dizendo à Sra. Deputada para estar tranquila pois a Câmara não iria ficar pior do que estava anteriormente.

Pediu a seguir a palavra para um pedido de esclarecimento a Sra. Deputada Edite Cruz que começou por dizer que o documento em debate fornecia uma imagem muito má da situação financeira do Município. O que o Partido Socialista fez foi a transmissão da opinião sobre o relatório fornecido e a sua análise. Aquela era a informação que tinha chegado e pela resposta provavelmente ou foi deturpada ou o Sr. Presidente da Câmara não confiava nele. Disse não ser verdade a falta de apresentação de ideias, ela própria assim como os seus colegas já tinham feito sugestões que o Sr. Presidente da Câmara não quis utilizar. Deu o exemplo do Centro Educativo Norte onde para o terreno a utilizar foram gastos mais de 100 mil euros quando foi disponibilizado um terreno a custo zero. Focou de entre as entrevistas vindas na imprensa de Presidentes de Câmara bem sucedidos a do Presidente da Câmara de Penacova mostrando como poupava: por exemplo diz que lava o carro em casa, que os carros que fazem a recolha do lixo são mais novos do que o carro do presidente, que está preocupado com a questão da reciclagem que usa como factor de receita, etc, etc. Estes são outros exemplos a par dos que já foram dados.

O Sr. Presidente da Assembleia advertiu a Sra. Deputada, lendo-lhe o Artº30º do Regimento, uma vez que o que tinha feito não foi um pedido de esclarecimento, agradecendo que de uma próxima vez não se repetisse a situação.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que não tinha havido alguma fiscalização, isto era uma análise das contas que era obrigatória e obviamente que tinham confiança no relatório, mas se houvesse dez relatórios de revisores diferentes, com certeza que não haveria unanimidade nos resultados da análise. Sobre o terreno a custo zero disse que gostaria de saber onde é que ele estava, se era algum terreno que a Junta de Freguesia de São Joaninho propôs, é verdade que houve uma abordagem nesse sentido, mas a Sra. Deputada sabia que o Centro Educativo só seria feito em São Joaninho se houvesse por parte dos Concelhos de Mortágua e Tondela a possibilidade de lá colocarem alunos, o que não tinha acontecido. Era isto que mencionava a Carta Educativa e como tinham que a cumprir, até para receber Fundos Comunitários, foi cumprida a Carta Educativa e adquiriu-se um terreno por acaso na fronteira entre as Freguesias de São Joaninho e de Treixedo. Se fosse um pouco mais a norte já seria na Freguesia de S. Joaninho e a Sra. Deputada estaria mais satisfeita. Tinha pena mas os deputados representam o Concelho e não as Freguesias que são representadas pelos Presidentes da Junta, desta forma deveria ter uma visão mais global do Concelho. Disse ainda que não iriam parar as despesas de investimento, o que era preciso reduzir eram as despesas correntes, mas isso demorava a ter resultados práticos. Perguntava à Sra. Deputada se relativamente às despesas com pessoal achava que a Câmara devia despedir pessoal e já agora quem, para poder baixar as despesas correntes.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2008, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este fez

a sua intervenção começando por dizer que qualquer fecho de contas não pode ser dissociado do fecho de contas dos anos anteriores. Desenvolveu o exposto na Análise ao Fecho de Contas 2008 e no Relatório de Gestão, documentos que foram distribuídos aos Srs. Deputados. Analisou a Receita, a Despesa, a Evolução dos Resultados Orçamentais, a Evolução das Receitas Próprias, o Endividamento Municipal, a Situação Económica (proveitos e custos) e a Análise Financeira (dívidas de terceiros e dívidas a terceiros). Sobre tudo isto apresentou percentagens e valores respectivos e que constam dos documentos atrás citados. Terminou dizendo que o desempenho não era brilhante nem o seria nos próximos anos, no entanto houve medidas já tomadas e que continuarão a ser tomadas com o objectivo de baixar significativamente as despesas correntes, até porque com o Saneamento Financeiro era obrigatório fazê-lo, havendo a intenção de ir ainda mais longe do que estava previsto no Plano.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções sobre este ponto, registando-se apenas a inscrição da Sra. Deputada Carla Cunha que começou por dizer ao Sr. Presidente da Câmara que as regras do POCAL eram aplicadas a todos os Municípios. Sobre o inventário o Sr. Presidente da Câmara não podia esquecer-se da parte positiva pois ter 50 milhões de património em vez de 16 milhões trazia vantagens por exemplo em pedidos de empréstimos. Lembrou as dúvidas que levantou no fecho de contas de 2007 sobre a classificação dada à verba de 1,5 milhões de euros vindos das Águas do Planalto. Seguidamente fez a intervenção que consta do anexo nº3 desta acta.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que concordava com a afirmação de que os Partidos Políticos punham sempre as situações de cor de rosa quando estavam no poder, esperava que também se estivesse a referir aos 16 anos de poder do Partido Socialista na Câmara de Santa Comba Dão. Nunca tinha feito parte de qualquer Assembleia Municipal na altura, mas sabia como as contas eram apresentadas e que tipo de discussão havia. A anterior equipa de gestão não assumia que a situação não era boa e que era preciso tomar medidas. Recomendou que não tivesse aquelas visões apocalípticas pois todos nós morreremos e a Câmara ficará cá, com a pujança que tem tido nos últimos anos, independentemente de dever mais ou menos, continuará a intervir no território e a fazer uma gestão correcta dos impostos. Disse que estes aumentaram, gostaria de saber onde, o IMI não aumentou o rústico aumentou sem reflexos nas receitas da Câmara e com reflexos praticamente nulos nas contas dos municípios. Referiu o estacionamento pago que foi implementado este ano e não no ano passado pelo que não teve reflexo nas contas. Lembrou que foi citado Penacova como exemplo mas Penacova já tem há algum tempo estacionamento pago. Ainda sobre Penacova disse que hoje tem uma boa situação financeira, mas lembrou que o actual executivo herdou a Câmara do Partido Socialista em más condições e demorou dois mandatos a endireitar as contas, esperava fazer o mesmo em menos tempo.

No havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria com 16 votos a favor (14 da Coligação e 2 do Partido Socialista) e 7 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins, César Branquinho, Edite Cruz, Isabel Cruz, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira e Carla Cunha).

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2008 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M.. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tendo este solicitado que a apresentação destas contas fosse feita pelo Sr. Vereador Fernando Cruz. Dada

esta autorização o Sr. Vereador começou por referir que a Combanima continuou em 2008 os objectivos estratégicos que tinham a ver com a parceria em que está envolvida, fundamentalmente nos investimentos destinados à regeneração urbana e construção dos Centro Educativos. De ponto de vista económico e tendo sempre presente o custo/benefício continuaram as suas actividades ao nível do Desporto, da Educação, da Cultura, do Turismo e da Requalificação e Ambiente. Em relação ao nível financeiro comparou os resultados de 2008 com os resultados de 2007 dizendo que houve uma grande preocupação em não diminuir os postos de trabalho e por isso se mantiveram os números referentes a despesas com pessoal. A maior preocupação para a contenção da despesa dirigiu-se para os fornecimentos de terceiros. Os resultados do exercício, apesar de negativos foram menores dos que se verificaram em 2007. Nos próximos anos haverá a preocupação de continuar a diminuir as despesas e manter os mesmos objectivos estratégicos da parceria. Terminou dizendo que esperava que ao quarto ou quinto ano os resultados da actividade da empresa fossem equilibrados.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria com 15 votos a favor (14 da Coligação e um do Partido Socialista) e 7 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins, César Branquinho, Edite Cruz, Isabel Cruz, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira e Carla Cunha). Esteve ausente da votação o Sr. Deputado António Brinca da Silva. Terminada a votação a Sra. Deputada Carla Cunha leu uma declaração de voto do Partido Socialista que constitui o anexo nº4 desta acta.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2008 DA PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este solicitou novamente autorização para que o ponto fosse apresentado pelo Sr. Vereador Fernando Cruz. Dada esta autorização o Sr. Vereador começou por referir a continuidade dos investimentos destinados à remodelação das instalações de forma a melhorar as condições da oferta educativa, a melhoria da situação no que diz respeito à diminuição da despesa do fornecimento e serviços de terceiros onde se conseguiram melhores resultados face a anos anteriores, a continuação da diversificação da oferta formativa para poder captar novos alunos. Com tudo isto verificou-se uma substancial melhoria da situação em relação a anos anteriores e previa que dentro de dois anos se pudesse concluir o seu saneamento financeiro. Continuaram as negociações para a aquisição da escola que continua a pertencer ao Ministério da Finanças. O resultado negativo da gestão no valor de cerca de 25 mil euros reflecte basicamente os encargos financeiros não elegíveis.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria com 16 votos a favor (14 da Coligação e 2 do Partido Socialista) e 7 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins, César Branquinho, Edite Cruz, Isabel Cruz, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira e Carla Cunha).

Passou-se para o ponto dois ponto sete: APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2008 DA ECOBEIRÃO, SA. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir que a Ecobeirão era uma empresa de capitais mistos mencionando as entidades que faziam parte do seu capital. Referiu que a empresa passou recentemente a Empresa Intermunicipal. As contas do exercício de 2008 eram as que constavam do relatório que foi distribuído aos Srs. Deputados e onde estavam verbas importantes gastas na actualização e modernização do equipamento da empresa. Terminou dizendo ser uma empresa que normalmente dava lucros. Não houve pedidos de intervenção.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir a obrigatoriedade que existe de ser presente à Assembleia Municipal qualquer alteração ao quadro de pessoal do Município e esta revisão tinha a ver com o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos resultando daí a necessidade de a fazer.

Durante a apresentação deste ponto verificou-se a entrada de cerca de 50 alunos da Escola Secundária de Santa Comba Dão enquadrados por professores. O Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os alunos e registou com apreço a sua presença.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria com 16 votos a favor (14 da Coligação e 2 do Partido Socialista) e 7 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins, César Branquinho, Edite Cruz, Isabel Cruz, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira e Carla Cunha).

Seguiu-se para o ponto dois ponto nove: MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO, NOS TERMOS DOS ARTºS 4º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO = PRIMEIRA ALTERAÇÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra o Sr. Presidente da Câmara este começou por referir que o assunto já tinha sido focado no ponto anterior uma vez que estava interligado. Esta alteração era o que constava da proposta que foi enviada aos Srs. Deputados onde eram também apresentados os motivos da mesma.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria com 16 votos a favor (14 da Coligação e 2 do Partido Socialista) e 7 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins, César Branquinho, Edite Cruz, Isabel Cruz, José Augusto Sousa, Nuno João Pereira e Carla Cunha).

Passou-se para o ponto dois ponto dez: COMISSÃO DE PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO= RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES/ CONHECIMENTO. Pediu a palavra a Srs. Deputada Edite Cruz para informar e convidar todos os presentes para assistirem a uma acção de sensibilização no âmbito da violência doméstica que iria ocorrer na Casa da Cultura no próximo dia 15 de Maio pelas vinte e uma horas. Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia considerou que a Assembleia tomou conhecimento do relatório.

Seguiu-se para o ponto dois ponto onze: ECOBEIRÃO – SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SÓLIDOS DO PLANALTO BEIRÃO, EIM= APRECIACÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que os Estatutos agora presentes eram praticamente iguais aos anteriores apenas com uma pequena diferença em que era retirado um ponto onde a empresa privada que participava no capital social da Ecobeirão podia exercer um quase voto de qualidade que impedia as Câmaras da Associação de Municípios de tomar decisões sobre investimentos.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções do público tendo-se inscrito duas munícipes que fizeram as intervenções como se descreve a seguir.

Antes destas intervenções o Sr. Presidente da Assembleia leu para esclarecimento e tomada de conhecimento os Artigos do Regimento referentes às intervenções do público.

A primeira intervenção foi feita pela Sra. D. Esmeralda Rocha Antas, de Vila Pouca que começou por dizer que achava nunca ter feito qualquer intervenção que fosse contra a democracia ou contra alguém da Assembleia. Perguntou a seguir se no caso de algum dos presentes se sentir atingido fosse da maneira que fosse, por qualquer tipo de intervenção, se havia algo no Regimento que o impedisse de pedir a palavra para se defender? Questionou depois se era possível que qualquer cidadão obtivesse dados sobre a contratação de funcionário para a Câmara Municipal? Acrescentou que tinha necessidade de ter acesso a esses dados. Disse que depois do actual executivo ter ganho as últimas eleições houve algumas pessoas com medo de perder o emprego na Câmara Municipal, por isso perguntava se não lhes foi respondido que nada tinham a temer, pois se tinham trabalhado bem anteriormente, também agora o iriam fazer. Perguntou também se o actual executivo dispensou na altura os serviços de alguém que por ventura até estivesse para sair atendendo a simpatias ou tendências partidárias? Terminou questionando se poderia também informar-se sobre o número de funcionários que trabalhavam a contrato na Câmara Municipal antes do último acto eleitoral e que depois foram colocados como efectivos?

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou à munícipe se poderia especificar o ano a que se referia em relação à pergunta feita sobre contratação de pessoal, tendo sido informado que seria na altura em que foi Primeiro-Ministro o Sr. Eng. António Guterres. Acrescentou ainda que sobre as questões postas seriam dados os respectivos esclarecimentos.

O Sr. Presidente da Câmara e porque lhe foi colocada directamente a pergunta sobre a dispensa de pessoal após a sua tomada de posse, disse que efectivamente tinham sido dispensados os serviços da empresa do Sr. Arquitecto Carlos Santos, que tinha uma avença com a Câmara.

Seguiu-se a intervenção da Sra. D. Maria da Conceição Prazeres, Professora de História da Escola Secundária de Sta. C. Dão e que enquadrava os alunos daquela escola que se encontravam presentes. Começou por agradecer a disponibilidade para a presença dos alunos. Aquela presença fazia parte das comemorações do 25 de Abril. Achava aquela visita muito mais pertinente do que continuar a fazer exposições sobre a data. Recordou o passado e a transformação que se verificou na situação do País. O objectivo principal da visita era que os alunos verificassem e reconhecessem os direitos e as liberdades conseguidas com o 25 de Abril, assim como a participação nos órgãos eleitos. Pretendia que os alunos mais tarde e de forma consciente soubessem exercitar as liberdades fundamentais, lembrando que estas tinham que ser defendidas, pois de um momento para o outro podiam ser esquecidas. Seguiram-se leituras feitas por três alunos que focavam aspectos positivos, aspectos negativos e colocavam interrogações sobre a actividade do Município. Estas leituras constituem o anexo nº5 desta acta. No final da sessão os alunos distribuíram cravos vermelhos aos elementos da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção apesar desta não estar muito enquadrada pelo Regimento mas considerou a ocasião de especial. Agradeceu também a intervenção dos alunos, lamentou a fraca participação dos Munícipes das sessões da Assembleia pois era aquele o lugar próprio para colocar questões e fazê-lo em liberdade. Os jovens presentes tinham a obrigação e o dever de manter e respeitar a liberdade, pois com esta atitude estavam a respeitar-se a si próprios. Disse ainda que as interrogações colocadas seriam respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara na próxima sessão e para isso convidava os alunos a estarem presentes.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.